

AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL A PARTIR DE INDICADORES DE QUALIDADE: OS CAMINHOS DE UMA EXPERIÊNCIA

Maria Sandra de Oliveira ¹
Ana Benvinda C.S. Cosmo ²
Mirian Silva Gonçalves Freitas ³
Márcia Cristina Tognete Rocha ⁴

RESUMO

Esse trabalho narra práticas de formação desenvolvidas pelas autoras, no Centro de Formação dos Educadores Municipais de Sumaré/CEFEMS, estado de São Paulo, especialmente, no que tange à implementação da avaliação da educação infantil na rede de ensino, ancorada nos Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil e nos Indicadores de Qualidade na Educação Infantil, ambos do Ministério da Educação (MEC). O percurso relatado abarca o ano de 2022 e as ações vinculadas a essa proposição estão em desdobramento até o presente momento. Entende-se nessa perspectiva que a qualidade da educação não se mede pelos resultados obtidos pelos alunos nos testes de aprendizagem, mas especialmente, pelo processo educativo vivido na escola, que envolve aspectos mais amplos de formação para a cidadania, desenvolvimento integral da criança, gestão e participação democrática, entre outros. Assim sendo, a qualidade é um conceito relativo, baseado em valores e, portanto, definir qualidade é um processo dinâmico, contínuo, requer revisões e nunca chega a um enunciado definitivo, conforme afirma Moss et.al (1999). Essa perspectiva, por sua vez, carece de processos mais participativos de definição e aferição da qualidade da educação a partir de um instrumento flexível – que aqui denominou-se ‘indicadores de qualidade’ - para ajudar a comunidade escolar a avaliar e a melhorar a qualidade da escola. São essas entre outras questões que se levanta para pensar com profundidade o conceito de “qualidade da educação infantil”. Os dados coletados nas avaliações desenvolvidas, jogaram luz sobre os aspectos vividos na rede de ensino, clarificando pontos forte e aqueles que ainda precisam melhorias. Adianta-se que o exercício da participação democrática nesse processo da avaliação da educação infantil foi deveras relevante, deixando fortes lições e marcas que certamente renderão novos frutos, à medida em que se caminha nessa jornada em rede, pela busca da melhoria da qualidade da educação infantil.

Palavras-chave: Avaliação, Educação Infantil, Indicadores de Qualidade, Participação Democrática

¹ Mestra em Educação e Doutoranda em Educação pela Faculdade de Educação da UNICAMP. Pesquisadora do LEPED/FE/UNICAMP. Gestora Pública, atualmente formadora no Centro de Formação dos Educadores Municipais de Sumaré – CEFEMS/SP m077774@dac.unicamp.br;

² Mestra em Educação pela UNISAL, psicopedagoga, especialista em gestão pública, atualmente coordenadora de equipe de formação nos anos iniciais no Centro de Formação dos Educadores Municipais de Sumaré - CEFEMS/SP, bendinao@yahoo.com.br;

³ Especialista em Educação Infantil, pelo Centro Universitário de Araras Dr. Edmundo Ulson, em Musicalização Infantil e Artes Visuais. Graduada em Educação Física e Pedagogia, atualmente formadora no Centro de Formação dos Educadores Municipais de Sumaré – CEFEMS/SP, mirian.freitas@educacaosumare.com.br.

⁴ Mestra em Educação Escolar – Universidade Estadual de Campinas/Unicamp. marciatogcefems@gmail.com

Introdução

Neste artigo apresentaremos, de forma breve, a experiência da implementação de uma Avaliação da Qualidade da Educação Infantil que realizamos em nossa rede municipal de ensino na cidade de Sumaré/SP, através de ações formativas desenvolvidas junto aos educadores e gestores das escolas de educação infantil pertencentes à nossa Secretaria Municipal de Educação.

A implementação da Avaliação da Qualidade da Educação Infantil no município se deu ancorada nos documentos legais do Ministério da Educação, tais como, nos Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil (MEC, 2006), nos Indicadores da Qualidade da Educação Infantil (2009) e ainda nos Indicadores de Qualidade da Educação Infantil Paulistana (SME/SP, 2016).

A partir do estudo da temática Qualidade da Educação Infantil, das demandas observadas em nossa rede de ensino, especialmente, no que se refere às questões do “O Quê, Por quê, Como e Para quê” avaliar a qualidade da educação infantil em nossa rede de ensino, nós formadores do segmento da educação infantil, atuantes no Centro de Formação de Educadores Municipais de Sumaré (CEFEMS), desenvolvemos encontros com a finalidade de discutirmos e estudarmos com nossos gestores e professores do segmento, que noções tínhamos sobre a questão da avaliação da educação infantil e como poderíamos implementar em rede, uma ação que pudesse marcar o início de um movimento sistematizado em relação à essa problemática.

Nosso objetivo enquanto equipe de formação do CEFEMS, era construir caminhos para apoiar os gestores, professores e as equipes de profissionais das unidades escolares, para que juntamente com as famílias e pessoas de suas respectivas comunidades, pudessem desenvolver um processo de autoavaliação institucional participativa que levasse a um diagnóstico coletivo sobre a qualidade da educação promovida em cada Unidade, dando também um panorama da qualidade da educação infantil em nossa rede de ensino, de modo que, pudssemos refletir e propor melhorias no trabalho educativo desenvolvido com as crianças em nossas unidades escolares.

Com esta iniciativa, nós formadores, queríamos contribuir para a construção de experiências educativas de qualidade cada vez mais significativas para todas as crianças que

fazem parte de nosso sistema de ensino. Isso implicou trabalhar diretamente com a construção da noção de qualidade da educação infantil, com os conceitos de infância, de organização de ambientes, do oferecimento de materiais e estrutura física que oferecemos às crianças em nossas escolas, coube ainda, tratar de conceitos e práticas referentes aos estilos de gestão que adotamos, sobre as práticas pedagógicas, as questões relacionadas ao acolhimento, à escuta, à participação, à inclusão, entre outros temas.

1. O conceito de Qualidade da Educação

Entende-se nessa perspectiva adotada por nós que, a qualidade da educação não se mede pelos resultados obtidos pelos alunos nos testes de aprendizagem, mas especialmente, pelo processo educativo vivido na escola, que envolve aspectos mais amplos de formação para a cidadania, desenvolvimento integral da criança, gestão e participação democrática, entre outros.

Assim, Qualidade é um conceito relativo, baseado em valores e, portanto, definir qualidade é um processo dinâmico, contínuo, requer revisões e nunca chega a um enunciado definitivo, conforme afirma Moss et.al (1999).

Deste modo, construímos algumas reflexões junto aos educadores durante nossos encontros de formação ao longo do ano de 2022 que contemplavam as seguintes questões:

- Que concepções filosóficas temos sobre educação infantil e as práticas avaliativas nesse segmento?
- Avaliar: O quê? Quem? Para quê? Por quê? Como?
- Como lidamos com a noção de Avaliação e a garantia dos direitos de aprender preconizados nos documentos legais, sobretudo, um conceito de direitos da criança de estar numa escola de educação infantil que oportunize o pleno desenvolvimento delas segundo suas próprias capacidades e potencialidades? (BNCC, 2009).
- Reflexão sobre a qualidade da educação: “mas de que qualidade estamos falando?”
- Como lidamos com a avaliação interna (registros de percursos das próprias crianças) e avaliação externa que envolve a participação mais ampla da comunidade?
- Como experimentarmos uma avaliação da educação infantil na perspectiva dos indicadores de qualidade em nossos próprios contextos, tendo por base outras experiências e referenciais (tais como, MEC 2006, MEC 2009, SME/SP, 2016) ?
- Que caminhos precisaríamos tomar de modo a construirmos e implementarmos uma avaliação com base em indicadores de qualidade para as escolas de educação infantil de nossa rede de ensino?

- E depois de implementar essa avaliação a partir dos indicadores de qualidade, que caminhos percorrer? O que faríamos após essas almeçadas avaliações da qualidade a partir de indicadores que iríamos elencar?

Vianna (2005, p. 16) aponta que, a avaliação não é um valor em si e não deve ficar restrita a um simples rito da burocracia educacional; necessita integrar-se ao processo de transformação do ensino e aprendizagem, e contribuir, desse modo, ativamente, para o processo de transformação dos educandos. E foi nessa direção que seguimos a conversa com nossos educadores: para que esse momento de estudos com a finalidade da implementação de uma avaliação da qualidade em nossa rede, não fosse apenas algo burocrático, mas de fato, pudéssemos viver essa experiência como uma alavanca para pensarmos e repensarmos nossas práticas pedagógicas, a nossa estrutura física escolar, os nossos estilos de gestão e várias outras dimensões que envolvem o cotidiano de nossas escolas de educação infantil aqui em nossa rede de ensino.

Ora, assim pensada, a qualidade da educação não é algo fixo, muito menos, algo metrificado com provas de conhecimentos cognitivos ou demonstrada em supostas habilidades pré-fixadas que nossas crianças devem alcançar. É necessário que fique patente que nesse conceito de qualidade que aqui falamos, há uma importância gigantesca atribuída às condições escolares, tanto materiais como pedagógicas e relacionais.

Assim, as condições materiais dependem, certamente, das condições socioeconômicas de onde estão localizadas as unidades escolares, ou seja, primordialmente elas dependem de fatores extraescolares. As condições pedagógicas, também se relacionem com o contexto social, remetem, por sua vez, a complexo aparato de formação docente – inicial e continuada – acompanhamento e crítica da prática pedagógica, mas, sobretudo, à valorização da atividade docente consubstanciada em remuneração condizente e condições de trabalho adequadas – número de alunos por turma, jornada de trabalho, material didático e estrutura física adequada disponível, incentivo ao intercâmbio. De igual modo, as questões relacionais são afetadas (e estão implicadas) no estilo de gestão e subjetividades que convivem no mesmo espaço educativo escolar, assim como, as formações e apoios que estas mesmas pessoas recebem na unidade escolar e também do sistema educacional municipal em sua totalidade.

Frente a isto, coloca-se como imperativo a busca de um processo mais amplo de avaliação da qualidade da educação, e por conseguinte, das próprias escolas e redes de ensino, que, muito para além da utilização de provas padronizadas, teste de aquisição de tais e quais habilidades pelas crianças, tenha presente o caráter político da educação escolar.

Reconhecer este caráter implica reconhecer profissionais e usuários das escolas como sujeitos que precisam ser considerados como tais nos processos avaliativos, pois, sem omitir-lhes as responsabilidades, são eles que, nos ambientes escolares, materializam a tarefa educativa.

Conhecer e utilizar os resultados das avaliações institucionais (como é o caso da avaliação da qualidade a partir de indicadores de qualidade que aqui estamos a explicitar), cotejá-los com os registros de jornadas das crianças em suas aprendizagens (portfólios, registros descritivos, documentação pedagógica através de mini histórias, livro da vida e outros instrumentos próprios da avaliação nessa faixa etária), significa compreendê-los não como um fim em si mesmo, mas sim como possibilidade de associá-los às transformações necessárias no sentido de fortalecer a qualidade da escola pública democrática, que é aquela que se organiza para garantir a aprendizagem de todos meninos e todas meninas ao longo de suas infâncias.

2. A perspectiva da avaliação a partir de dimensões e dos respectivos Indicadores da Qualidade na Educação Infantil

As questões iniciais que guiam a perspectiva da avaliação a partir dos indicadores de qualidade são: Como deve ser uma instituição de educação infantil de qualidade? Quais são os critérios para se avaliar a qualidade de uma creche ou de uma pré-escola? Como as equipes de educadores, os pais, as pessoas da comunidade e as autoridades responsáveis podem ajudar a melhorar a qualidade das instituições de educação infantil?

Seguindo as experiências estudadas e as indicações do próprio MEC, elencamos nove dimensões para guiar nossa análise reflexiva e coletada de dados nos contextos locais de cada unidade de educação infantil de nossa rede de ensino. As dimensões refletem aspectos da realidade das escolas de educação infantil. Em nossa rede seguimos as dimensões também elencadas na experiência paulistana (SME/SP, 2016), pois acreditamos que essa contemplava bem nosso contexto municipal, como paulistas interioranos, mas do mesmo estado. Foram elas: dimensão 1 - planejamento e gestão educacional; dimensão 2 - participação, escuta e autoria de bebês e crianças; dimensão 3 - multiplicidade de experiências e linguagens em contextos lúdicos para as infâncias; dimensão 4 – interações; dimensão 5 - relações étnico-raciais e de gênero; dimensão 6 - ambientes educativos: tempos, espaços e materiais; dimensão 7 - promoção da saúde e bem-estar: experiências de ser cuidado, cuidar de si, do outro e do mundo;

dimensão 8 - formação e condições de trabalho das educadoras e dos educadores; dimensão 9 - rede de proteção sociocultural: unidade educacional, família, comunidade e cidade.

As dimensões podem ser constatadas por meio de indicadores. Os indicadores constituem-se de uma série de perguntas que procuram avaliar a qualidade daquela unidade escolar à partir das temáticas organizadas em cada dimensão. Cada indicador, por sua vez, é avaliado após o grupo de educadores, gestores, famílias, enfim, toda comunidade escolar local, responder a uma série de perguntas. As respostas a essas perguntas permitem à comunidade avaliar a qualidade da instituição de educação infantil quanto àquele indicador (MEC, 2009, p.15).

NÃO existe uma forma única para o uso dos Indicadores da Qualidade na Educação Infantil. Ele é um instrumento flexível que pode ser usado de acordo com a criatividade e a experiência de cada instituição de educação infantil. Localmente, escolhemos organizar nossos indicadores com suas respectivas questões, tomando como base os documentos já citados, acrescentamos, excluímos e até modificamos as questões presentes em vários documentos, de modo, a chegarmos ao nosso próprio rol de questões elementares.

A mobilização da comunidade escolar para participar da avaliação é o primeiro ponto importante no uso dos indicadores e isso foi amplamente discutido com os gestores que, em suas respectivas escolas, tomaram providências e realizaram ações de engajamento de todos (funcionários, professores, gestores, famílias, crianças), para que participassem da avaliação da qualidade que seria desenvolvida através de fóruns organizados e realizados pelas próprias escolas em um dia letivo destinado para tal ação.

Quanto mais pessoas dos diversos segmentos da comunidade se envolvessem em ações para a melhoria da qualidade da instituição de educação infantil, maiores seriam os ganhos para as crianças, para a sociedade e para a educação, daí, essa chamada à participação efetiva e não por representatividade (quando se escolhe previamente um número de pessoas de cada segmento), fora amplamente trabalhada em cada escola.

Os protocolos de realização dos fóruns – assembleias participativas, em cada unidade escolar, seguiram as orientações do CEFEMS, que por sua vez baseou-se em muito nas orientações MEC (2009). Utilizamos cores atribuídas aos indicadores. As cores simbolizavam a avaliação que era feita: se a situação analisada fosse considerada ‘boa’, colocava-se cor verde; se fosse considerada ‘média’ utilizava-se a cor amarela; se fosse analisada como ‘ruim’, atribuíam-se a cor vermelha. Essa metodologia das cores, facilita muito o entendimento dos participantes e dá uma resposta visual muito perceptível ao grupo que se debruça sobre os argumentos e análises que vão sendo compartilhadas sob a condução de um mediador da assembleia.

Após a realização das pequenas assembleias por Dimensão, o público participante se reuniu num grande fórum para deliberar sobre as análises coletivas, produzindo um relatório prévio que foi organizado em forma de documento público pelos gestores da unidade e serviu para o encaminhamento do plano de ação.

O plano de ação foi elaborado em outro dia letivo, destinado exclusivamente para uma nova assembleia com a comunidade que após discussões e análises em pequenos grupos, deliberou que passos eram preciso tomar de modo a suprir as necessidades apontadas na autoavaliação realizada anteriormente. Esse plano de ação, conteve metas de curto, médio e longo prazo, conforme as necessidades surgidas. Conteve ainda, ações a serem executas, previsão de recursos necessários para as ações, compartilhamento de responsabilidades entre educadores, gestores, famílias e, previu inclusive, a solicitação, (quando necessária), da rede de apoio externo à escola (como por exemplo, ações que podem ou devem se derivar exclusivamente por ações sistêmicas implementadas pela Secretaria de Educação ou setores interseccionais à esta), na persecução das melhorias desejadas pela comunidade.

O mapa da jornada então foi esse:

a) Organização da autoavaliação –

- escolha das dimensões e indicadores;
- elaboração das questões para cada indicador;
- organização de protocolos/procedimentos para aplicação - (previsão de calendário para cada etapa);

b) Aplicação da autoavaliação –

- uso de metodologias participativas;
- promoção e engajamento - chamamento público, convites, conscientização junto à comunidade;
- acolhimento com plenária geral para explicação dos trabalhos do dia (todos os profissionais da Unidade, familiares/ responsáveis, comunidade, Supervisores Escolares);
- seleção de um coordenador e um relator por dimensão para conduzir as assembleias;
- organização de salas e materiais para a discussão por dimensão;
- plenária final com apontamentos e apreciação coletiva dos primeiros apontamentos dos estudos e debates do dia (obter um panorama dos pontos fortes e desafios da Unidade Educacional por meio da avaliação participativa);
- marcação de um novo encontro para organização do plano de ação coletivamente

c) Plano de Ação –

- organização e primeiras análises dos dados (planejar as próximas ações – grupo de trabalho da unidade escolar);

- realização de uma plenária para elaborar um plano de ação para a unidade com base no diagnóstico (todos os profissionais da unidade, familiares, responsáveis, comunidade, Supervisores Escolares). Seguir os mesmos passos de organização da primeira etapa.

- ações previstas, cronograma: O que? Como? Quando? Quem?

- encaminhamentos locais e externos – publicização.

3. Metodologia

Tratou-se de uma Pesquisa-ação. Segundo Thiollent (1987), a principal característica da pesquisa - ação consiste em estabelecer uma rede de comunicação no nível de captação de informação e de divulgação; faz parte de um projeto de ação sócia! ou da resolução de problemas coletivos.

O problema focal foi promover análises reflexiva acerca da qualidade da educação infantil na rede municipal de Sumaré, a partir da coleta de dados, apoiada em a indicadores de qualidade e através de fóruns dialógicos com a participação da comunidade escolar, especificamente, em cada unidade educacional e posteriormente, em reuniões coletivas com todos gestores da rede de ensino.

Os instrumentos e estratégias utilizadas foram:

- Realização de estudos e formação com a comunidade escolar conduzidas pelos formadores do CEFEMS – ação apoiada pela Secretaria Municipal de Educação;
- Elaboração dos Indicadores de qualidade da educação infantil a ser utilizado na ação;
- Realização de fóruns dialógicos em cada unidade educacional, conduzidas pelos gestores e professores da unidade;
- Análise dos dados e planos implementados por cada unidade escolar – conduzidos pela equipe de formação CEFEMS.

Alguns dados sobre o contexto em que a pesquisa-ação fora realizada:

- 28 Escolas de educação infantil da rede municipal de Sumaré/SP;

- Através de ações formativas realizadas via Centro de Formação de Educadores Municipais de Sumaré “Profº Leovigildo Duarte Júnior” – CEFEMS, para os gestores e educadores das unidades escolares da rede municipal;
- Ano letivo 2022
 - 28 unidades escolares que atendem educação infantil, participaram da ação;
 - Totalizando 6724 crianças matriculadas na ed. infantil;
 - 56 gestores das unidades escolares;
 - 299 professores e 22 recreacionistas = 321 educadores
 - 8 supervisores de ed. infantil;
 - Média de participação nos fóruns de avaliação e plano de ação: 1100 pessoas

4. Alguns resultados achados

Todo esse processo formativo e de implementação da Avaliação da Qualidade da Educação Infantil a partir dos Indicadores de Qualidade, em nossa rede de ensino trouxeram ganhos. As gestoras e professores envolvidos nos encontros de formação e na realização das ações em suas respectivas comunidades, relataram em suas avaliações de percurso - registradas pós intervenções, ganhos especialmente, na elaboração dos conceitos trabalhados e suas implicações práticas como nas: escolhas das abordagens pedagógicas, na elaboração de estratégias de ensino, na organização de ambientes, acolhimento e próprios estilos de gestão que estão a vivenciar em suas unidades, assim como, mudanças que a própria estrutura física da escola requer ou mesmo segurança em identificar a partir dos dados coletados, atos que dependem de ações da Secretaria Municipal de Educação enquanto sistema local.

Assim, alguns resultados achados foram:

- Fortalecimento dos profissionais que atuam na Unidade Educacional;
- Diálogo entre educadores e familiares das crianças atendidas;
- Desenvolvimento e aprofundamento de Práticas de gestão democrática na Unidade;
- Colaboração entre as equipes das Unidades Educacionais e a Secretaria Municipal de Educação;
- Aperfeiçoamento do Projeto Político Pedagógico das Unidades Educacionais a das ações da SME/Sumaré de modo a apoiar e fortalecer esses projetos;



- Aperfeiçoamento das políticas públicas educacionais do município para a melhoria da qualidade da Educação Infantil Municipal;
- Coleta de subsídios para a reelaboração dos Indicadores de Qualidade da Educação Infantil Sumareense para próximas edições.

Palavras Finais

Esperamos que essa narrativa inspire e colabora para a reflexão de educadores engajados na luta pela melhoria da qualidade da educação infantil. Sobretudo, que sirva de testemunho encorajador para nossos educadores e gestores locais que nossas ações precisam a cada dia se aprofundarem na busca dessa qualidade que desejamos.

Estamos esperançosas e seguiremos trabalhando incansavelmente por uma educação infantil de qualidade em nosso município, em nosso país.

Agradecemos sinceramente, a todos que participaram destas ações. Sem vocês nada teria sido. Reiteramos nosso convite à essa gente forte e comprometida que faz as escolas públicas democráticas e de qualidade para todos, a se juntarem a nós nessa experiência educativa e transformadora.

Referências

BONDIOLI, Anna (Ed.). O projeto pedagógico da creche e a sua avaliação: a qualidade negociada. Campinas: Autores Associados, 2004.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto Nº 6.094, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade.

BRASIL. MEC. Indicadores da Qualidade na Educação Infantil. Brasília, 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/indic_qualit_educ_infantil.pdf

BRASIL. MEC. Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil. Brasília, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Educinf/eduinfparqualvol1.pdf>

CAMPOS, Maria M. et al. A qualidade da educação infantil: um estudo em seis capitais brasileiras. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 41, n. 142, p. 20-54, abr. 2011.

DAHLBERG, Gunilla; MOSS, Peter; PENCE, Alan. Beyond quality in early childhood education and care: postmodern perspectives. Londres: Falmer, 1999.



ESTEBAN, Maria Tereza. A avaliação no cotidiano escolar. In: Avaliação, Uma prática em busca de novos sentidos, 1999.

GIMENO SACRISTÁN, J. A avaliação no ensino. In: _____; PÉREZ GÓMEZ, A. I. Compreender e transformar o ensino. 4. ed. Tradução de Ernani F. da Fonseca Rosa. Porto Alegre: Artmed, 1998. p. 295-351.

MACHADO, C.; MUNHOZ, Alavarser. Avaliação interna no contexto das avaliações externas: desafios para a gestão escolar. (Univás/Gepave) – cristiane13machado@yahoo.com.br
Ocimar Munhoz Alavarse (Feusp/Gepave) – ocimar@usp.br São Paulo (SP). Secretaria Municipal de Educação. Diretoria de Orientação Técnica. Indicadores de Qualidade da Educação Infantil Paulistana. – São Paulo : SME / DOT, 2016. 72p. : il. Disponível em: <https://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/Portals/1/Files/25101.pdf>

SME/SP. Secretaria Municipal de São Paulo. Diretoria de Orientação Técnica. Indicadores de Qualidade da Educação Infantil Paulistana. 2016.

VIANNA, H. M. Fundamentos de um programa de avaliação educacional. Brasília: Liber Livro, 2005.

WEBER, S. Relações entre esferas governamentais na educação e PDE: o que muda? Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 38, n. 134, p. 305-318, maio/ago. 2008.